

II Congresso Regional da Psicologia

Novas propostas
e modelos de intervenção

Reunidos nos encontros temáticos, psicólogos debateram avaliação psicológica, práticas alternativas, estágio supervisionado e critérios para abertura e fechamento de cursos de psicologia. No Congresso serão traçadas diretrizes para que a psicologia responda às exigências da sociedade.

Págs. 8 e 9

LIBERAÇÃO DE VERBA MUNICIPAL
PARA PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE
CAUSA POLÊMICA

Em reunião do Conselho de Orientação do Fundo Municipal de Saúde, Representante do Conselho Municipal de Saúde vota a favor da liberação de R\$ 210 milhões para ações de implementação do PAS. Vereador entra com representação junto ao Ministério Público questionando a legalidade da utilização da verba para o plano de Maluf.

Pág. 12

URGENTE

MULTA INDEVIDA

Pág. 10

RECADASTRAMENTO

Poucos psicólogos da 6ª Região completam a formação pós-graduada. Cursos que se destinam àqueles que querem seguir a carreira acadêmica são os menos procurados. Dados permitem levantar questões sobre a qualificação dos professores que estão formando novos psicólogos.

Pág. 13

ENTREVISTA



ALBERTINA MARTINEZ

Em visita ao Brasil, a professora e pesquisadora cubana fala sobre a psicologia em seu país e defende que o psicólogo participe das questões emergenciais da sociedade.

Págs. 3 a 5

Luta antimanicomial

Deputados não comparecem às sessões da CPI dos Manicômios, atrasando a finalização dos trabalhos.

Pág. 11

Classe especial

*A que será
que se
destina?*



Págs. 6 e 7

EDITORIAL

O II Congresso da Psicologia e os paradoxos do modelo neoliberal

O modelo político-econômico neoliberal que está sendo implementado no Brasil pelos nossos governantes tem gerado graves problemas sociais, além dos herdados da ditadura militar.

Em consequência disso deparamos constantemente com várias situações que parecem, no mínimo, paradoxais e, no máximo, vexatórias. A persistência do governo Fernando Henrique em privilegiar os detentores do poder e riqueza exclui, cada vez mais, vários segmentos da população do acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação, enfim à subsistência. As políticas públicas para as áreas da saúde, educação e ação social, ao contrário de garantir os direitos dos cidadãos, estão sendo decepadas, adulteradas, eximindo

o Estado do seu dever com a sociedade. A modernidade, hoje, está colocada no enaltecimento da economia global e livre, na priorização do avanço tecnológico e fundamentada numa concepção de homem "individualista" e "autônomo", desprovido de projetos coletivos.

É nesse contexto que estamos realizando o II Congresso Regional de Psicologia nos dias 28, 29 e 30 de junho de 1996. Nele discutiremos diretrizes políticas do Conselho de Psicologia em relação ao Exercício Profissional, à Formação e à Organização Política dos Conselhos. No que se refere ao Exercício Profissional, os temas são avaliação psicológica, política frente às denominadas "Práticas Alternativas" e o posicionamento sobre o

processo de reformulação da Lei 4.119. Já no âmbito da Formação estaremos abordando o campo do estágio acadêmico, suas distorções, a supervisão, as clínicas-escola e os CPAs. Além disso, pretendemos definir uma política clara frente à proliferação indiscriminada dos cursos de psicologia, estabelecendo critérios para abertura e fechamento dos mesmos.

No tocante à Organização Política dos Psicólogos, apreciaremos o anteprojeto da Lei 5.766, elaborado de acordo com as propostas aprovadas no I Congresso Nacional da Psicologia, bem como estaremos discutindo as eleições para o Conselho Federal a serem realizadas ainda este ano.

O temário proposto pelo Fórum de Entidades para este II Congres-

so permitirá a discussão e o aprofundamento de questões fundamentais para a nossa profissão e para toda a sociedade.

É importante destacar que no I Congresso Regional e no I Congresso Nacional da Psicologia fizemos um "mapeamento" das nossas atuações e do lugar que ocupamos. Constatamos que era preciso romper com velhos e ultrapassados modelos.

Neste II Congresso da Psicologia temos a tarefa de redefinir nossa função, a finalidade da profissão e elaborar diretrizes políticas que apontem para a construção de novas propostas e modelos de intervenção que possam responder às exigências atuais da sociedade brasileira e garantir à população o direito à cidadania.

CARTAS

Tratamento psicológico e impasse financeiro

A matéria do jornal do CRP nº 97 sobre contrato escrito da prestação de serviço psicológicos, me foi bastante esclarecedora. Penso que podemos integrar a seriedade profissional de prestador de serviços - inserido em um mercado que busca cada vez mais atender os direitos e deveres dos cidadãos de forma civilizada - e, boa relação terapeuta-cliente, que implica num calor humano, numa postura de ajuda emocional. Acredito que a qualidade da relação não vem a perder com o estabelecimento de um contrato escrito, até pelo contrário.

Mas, gostaria de ressaltar (como o mais importante dessa carta) a questão da especificidade do contrato. Me ocorre se o CRP em conjunto com economista e ou advogados não poderiam elaborar um formulário básico de contrato, semelhante ao que encontramos em papelarias para a locação de imóveis.

Vera Lucia P. Alves

Ao ler a matéria intitulada "Tratamento psicológico pode se tornar um impasse financeiro", no Jornal do CRP, fiquei tranqüila e ao mesmo tempo preocupada.

Tranqüila por ter percebido que este é um problema que ocorre com outros profissionais, e preocupada pela proporção que esta situação adquiriu.

Reitero a opinião do Sr. José Alberto S. Correia, da Comissão do Centro de Orientação. É necessário que o contrato deixe de ser verbal e informal para se tornar um contrato escrito e formal, pois o trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia é sério e deve ser tratado da mesma forma por aqueles que o utilizam.

Loverci Gomes de Moraes
CRP 06/38271-5

Achei graça! Quando li o artigo sobre o assunto, comecei a imaginar um consultório que mais

parecia um escritório. Logo associei a imagem ao meu dia-a-dia numa instituição pública que também mostra uma tabela na parede, só que com os horários (e não honorários, porque seria uma vergonha para quem os paga) dos profissionais que lá trabalham.

A relação entre estas paisagens atuais do mundo 'psi' é que elas são formas de reificação das relações humanas, numa época em que a imagem acaba por anular os conflitos reais.

Talvez o psicólogo nunca chegue a ser um burocrata. Mas para não correremos o risco, é necessário que haja mudanças no sentido de não sermos regidos por tabelas. A atuação em Saúde Mental, hoje em dia, requer lutar contra essa anulação da capacidade humana de confronto com um ser igual, psiquicamente e socialmente.

Não serão quadros e tabelas que solucionarão problemas que dizem respeito à ética da vida do

brasileiro, solapado por uma sociedade de dominados, massacrante e discriminatória. O psicólogo e a psicologia também estão nessa situação obviamente e necessitam construir relações igualitárias que produzam saber e transformação - e portanto ajuda efetiva.

Simone Nogueira

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas, para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Augusto Sérgio Callile, Cláudia M. Sodrê Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, José Alberto S. Correia, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Othon Vieira Neto, Rosalice Lopes, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine **SUPLENTE:** Ana Maria R. de

Carvalho, Ana Maria A. Melo, Anita Cecília Lofrano, Armando de Freitas Pinho, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Dayse Cesar Franco Bernardi, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Leny Sato, Luiz Humberto Sivieri, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Othon Vieira Neto e Sérgio Braghini
Editora: Juliana Motta
Texto: Juliana Motta e Dinorah Ereno
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:

Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

ENTREVISTA

Albertina Martinez

Uma profissão para o ser humano

Márcia Zoel



ESPECIALISTA EM PESQUISAS NA ÁREA DA CRIATIVIDADE, A PSICÓLOGA CUBANA FALA DA PSICOLOGIA EM SEU PAÍS E DEFENDE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO A BASE MAIS SÓLIDA QUE SE PODE CONSTRUIR PARA UM EXERCÍCIO RESPONSÁVEL DA PROFISSÃO

Em 1962, os psicólogos brasileiros comemoravam a aprovação da Lei 4.119, que regulamentava a profissão. No mesmo ano, Cuba criava sua primeira faculdade de psicologia e começava a discutir em que bases deveria se dar a formação desses profissionais. E em 1968, enquanto os estudantes e cidadãos brasileiros eram convocados a se calar, sob a pressão do Ato Institucional nº 5, recém-instituído pelo governo militar, os estudantes de psicologia cubanos começavam a ganhar voz, convidados a participar do processo de construção da faculdade. Lá, as escolas foram se formando com os próprios alunos que, à medida que iam avançando em seus estudos, davam aulas para os que se iniciavam no curso recém-criado. Nessa época, Albertina Martinez, ainda como estudante, começava a ensinar a seus colegas mais novos na Universidade de Havana. Depois de formada, em 1971, não abandonou mais o ofício de professora. Ao contrário, foi exatamente por meio dele que começou a se interessar pelo estudo ao qual vem se dedicando desde então: a criatividade.

Começou ensinando "Pensamento e Linguagem". Mas, à medida que ia aprofundando seus estudos, foi se dando conta de que para explicar os problemas da criatividade não precisava somente de pensamento e linguagem, mas também das questões da motivação. E sentiu necessidade de compreender a personalidade num sentido mais abrangente.

A experiência das aulas na universidade também foi enriquecida com o trabalho institucional que vem desenvolvendo desde então. Foi decana da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana de 1979 a 1987, depois vice-reitora acadêmica da Universidade de Havana de 1987 a 1991. Voltou a ser decana da mesma universidade de 1991 a 1995, quando veio para a Universidade de Brasília como professora visitante, onde deverá ficar pelo período de um ano. Durante todo esse tempo tem se dedicado à questão da formação do psicólogo, formulação de planos de estudos etc.

Atualmente é secretária executiva da

Sociedade de Psicólogos de Cuba e tem vários trabalhos publicados, tanto individuais como em conjunto com outros profissionais. Em maio, Albertina recebeu o *Jornal do CRP* para falar de sua experiência e comentar aspectos da psicologia cubana.

CRP - A senhora está morando temporariamente no Brasil, como professora visitante de uma universidade federal, a UnB. Seria possível fazer um paralelo da formação em psicologia de seu país e a daqui?

Albertina - A formação do psicólogo brasileiro, para mim, ainda não é muito conhecida. Minha experiência se restringe à Universidade de Brasília e está circunscrita ao meu departamento. Mas posso falar da formação do psicólogo em Cuba.

A constituição das escolas de psicologia em Cuba ocorreu há cerca de 30 anos e, nesse período, atravessamos um longo processo para definir o que hoje denominamos Plano de Estudos C. Esse Plano é produto

de toda a experiência anterior e tem a concepção de buscar um aperfeiçoamento da formação profissional.

Em meu país a formação do psicólogo tem três eixos fundamentais: as disciplinas acadêmicas, a pesquisa científica e a prática pré-profissional. A graduação em psicologia, em Cuba, dura cinco anos. Dessa forma, os estudantes recebem as disciplinas acadêmicas desde o primeiro ano. Mas, paralelamente, transcorre o eixo de pesquisa. cremos que todo psicólogo tem que dominar a possibilidade de fazer pesquisa, dominar a forma de acercar-se cientificamente do objeto de estudo, para que possa também aperfeiçoar sua prática profissional. Mas não vemos a pesquisa como algo distanciado da prática profissional e, por isso, também desde o primeiro ano os estudantes têm que fazer um trabalho pré-profissional.

Inicialmente esse trabalho prático é um trabalho de familiarização com a psicologia. Os alunos trabalham em policlínicas,

em escolas, em hospitais, em fábricas, em centros de trabalho de psicólogos, como uma familiarização. É muito difícil que um estudante de primeiro ano possa fazer um trabalho profissional de forma independente.

CRP - Aqui no Brasil, nas discussões sobre a questão da formação profissional, tem causado muita preocupação o modelo de estágio, que forma um aluno muito voltado para a clínica privada. Que tipo de retorno esse modelo de formação adotado em seu país tem trazido, não só para o profissional, mas para a sociedade como um todo?

Albertina - Eu creio que uma diferença importante entre o Brasil e o meu país é que em Cuba não existe a prática privada da psicologia. Isso marca indiscutivelmente uma diferença de orientação, de motivação nos cursos.

Nós tentamos que o estudante tenha contato com todas as áreas de atuação fundamentais do psicólogo. Nós temos a responsabilidade de desenvolver em nossos estudantes habilidades profissionais nas distintas áreas de atuação onde ele vai exercer sua profissão depois. Não só na área clínica, mas também na área da educação, da psicologia organizacional, da psicologia social, da psicologia do trabalho em geral. Nesse processo de aquisição de habilidades profissionais o estudante vai transitando por distintos campos de atuação. Ele pode fazer a prática, em um momento, em clínica, mas em outro momento, em psicologia educacional, em psicologia do trabalho.

Nós estamos conscientes de que as ha-

"EM CUBA
O ESTUDANTE TEM
CONTATO COM TODAS
AS ÁREAS DE ATUAÇÃO
FUNDAMENTAIS DO
PSICÓLOGO"

ENTREVISTA

"A PROLIFERAÇÃO
INDISCRIMINADA DE
CURSOS PODE PÔR EM
PERIGO A QUALIDADE DO
PROFISSIONAL.
É IMPORTANTE AVALIÁ-LOS"

habilidades profissionais não podem se desenvolver, todas, na graduação. Elas se desenvolvem plenamente na ação profissional. Mas temos que preparar os estudantes para se inserir nessa atuação com um mínimo de habilidades. Na prática pré-profissional eles vão tomando contato com centros distintos, psicólogos diferentes, distintos especialistas em áreas distintas. Isso também vai desenvolvendo neles motivações profissionais específicas, para depois poderem desenvolver uma atuação profissional realmente motivada e comprometida. É preciso mostrar ao aluno os distintos campos de atuação do profissional e a especificidade da psicologia nesses distintos campos. Além disso, quando o estudante se insere em diferentes campos de atuação profissional ele também vai percebendo as possibilidades da psicologia na sociedade. E isso também faz parte da formação dele.

CRP - Em seu país há uma avaliação das necessidades do mercado para a distribuição da oferta de vagas. Como é feito esse planejamento?

Albertina - Para todas as carreiras superiores há uma planificação do número de vagas. Inicialmente não era assim. Houve uma época, depois do processo revolucionário, em que as vagas para todas as carreiras eram ilimitadas. Mas o próprio desenvolvimento do país implicou uma relativa saturação dos profissionais. Diante dessa situação, para poder seguir cumprindo o princípio da educação superior em Cuba, segundo o qual a pessoa que alcança um diploma universitário merece um emprego na profissão percorrida, foi necessário tomar a decisão de colocar vagas.

Essas vagas são dispostas em função dos empregos que o país pode garantir segundo as necessidades dos planos de desenvolvimento nos vários setores, como saúde, educação, indústria, organizações. De acordo com essa planificação determinam-se as vagas, de forma que o aluno, quando ingressa na educação superior, sabe que tem garantido um emprego vinculado à sua profissão. Até esse momento, apesar da situação econômica difícil que nosso país está atravessando, temos conseguido cumprir isso.

Em nosso país temos três universidades de psicologia. Comparando com as dimensões do Brasil, a quantidade de programas de formação de psicólogos, é uma situação bem diferente. Nós somos um país pequeno e só três universidades formam psicólogos.

É importante explicar que há uma concepção no país, por suas características específicas, de que a formação dos profissionais seja a melhor possível. Então há uma

certa unidade, ainda que respeitadas as heterogeneidades entre os planos de estudos das três escolas formadoras. A partir de 1974 trabalhamos no que se denominou "Homologação dos Planos de Estudos da Educação Superior", de forma a garantir um certo nível nas distintas universidades e entre os distintos Planos de Formação. Isso veio evoluindo e agora nós temos o que se chama "Comissão Nacional de Carreira", onde estudantes e professores dos distintos centros de formação elaboram um Plano de Estudo Geral, que, depois, tem suas especificidades em função do território, das características de cada centro. Mas nós tratamos de buscar uma certa unidade para garantir o mais alto nível possível na formação.

CRP - No Brasil, essa é uma discussão muito atual. Temos assistido a uma grande proliferação de universidades sem que haja uma exigência em relação à qualidade do ensino que oferecem. Com base em sua experiência, como a senhora acha que poderíamos pensar um método para avaliar nosso ensino superior, garantindo sua qualidade?

Albertina - Esse é um problema importante porque tem a ver com a força da profissão. E a qualidade do profissional é um dos elementos importantes dessa força, embora não seja o único.

A proliferação indiscriminada de cursos, realmente, pode pôr em perigo a qualidade do profissional, e penso que é importante buscar um conjunto de indicadores que permitam avaliá-los. Refiro-me a indicadores de distintos tipos: das características da formação, das habilidades profissionais desenvolvidas, das habilidades que desenvolve no campo da pesquisa, da profundidade teórica da formação. Há, ainda, outras qualidades importantes do profissional, como a independência, a criatividade, a originalidade, o compromisso com a profissão. Há toda uma série de indicadores que podem ser analisados em busca daqueles mais significativos para avaliar esses programas e como esses cursos contribuem para a formação integral do profissional. E, posteriormente, é necessário chegar a alguns acordos sobre como se pode trabalhar em uma formação mais sólida. Nisso é importante o critério dos professores. Eu penso que os formadores dos psicólogos têm muito o que dizer a esse respeito.

CRP - A grande maioria dos professores universitários brasileiros têm a prática clínica e privada em psicologia. E o que vimos constatando é que, apesar de muitas pessoas criticarem esse modelo de prática psicológica privada, as universidades o vem reproduzindo. Como fazer essa avaliação dos cursos, se nos remetemos somente a uma instância, no caso a dos professores, se esse setor, hegemonicamente, reproduz esse tipo de representação?

Albertina - A discussão não pode se dar à margem desse setor, mas, na minha opinião, esse não é o único fórum de discussão. Outro segmento importante, que em Cuba sempre tem tido posições revolucionárias, é o estudantil. Nós podemos pensar que eles não estão preparados para rever criticamente sua formação. No entanto, os estudantes têm critérios, representações, que podem ser analisados e colocados em discussão.

Quando nós fizemos o projeto do nosso último Plano de Estudo, nós o submetemos à assembleia dos estudantes. E os critérios que eles apresentaram sobre sua formação foram muito interessantes. E muito comprometidos com sua formação. Esse é um setor que deve ser considerado, porque muitas vezes são os estudantes os mais críticos com a formação que estão recebendo. E nós, como formadores, não utilizamos essa crítica para aperfeiçoar nosso trabalho. Há preconceitos em relação aos estudantes, e muitas vezes vemos professores que não valorizam o que eles pensam. Mas para nós foi muito interessante chamar os estudantes e fazer uma confrontação, no melhor sentido da palavra, de opiniões.

CRP - Nesse sentido de ampliar a escuta, como foram incorporados outros setores à discussão, como, por exemplo, o setor dos usuários?

Albertina - Sempre que fazemos um novo Plano de Estudo realizamos um processo de consulta. Para nós há dois setores importantes a serem consultados: os psicólogos que já têm tempo de profissão e que podem opinar de fora, a partir dos problemas antigos que já enfrentaram, e os dirigentes dos centros onde trabalham os psicólogos.

Nós fizemos entrevistas grupais com profissionais formados em diferentes anos e recolhemos um conjunto de critérios crí-

ticos com respeito à formação recebida, diferentes dos critérios dos estudantes que estão recebendo a formação agora e só podem opinar sobre o que acham que vão precisar depois. Os profissionais podem avaliar se precisaram de algumas coisas que não tiveram em sua formação, e quais foram. E quais elementos da formação realmente não precisavam. Eles vêm com clareza as lacunas na formação de habilidades, os conhecimentos que crêem que deveriam ser mais profundos.

E outro setor que é importante para uma avaliação do produto que estamos dando à sociedade é o das pessoas que dirigem os centros onde trabalham os psicólogos, diretores de clínicas, escolas etc. Essas pessoas também foram convocadas. Foi selecionado um grupo e fizemos um processo de entrevista. Nessa avaliação que os empregadores faziam dava para ver qual era a prestação de serviço pelos psicólogos. Foi interessante porque vimos que nem sempre o empregador tem uma posição ruim, mas muitas vezes demanda das universidades mais criatividade, mais originalidade e mais agressividade dos profissionais. Então basicamente esses foram os dois setores que nós tivemos em conta.

CRP - Aqui, no Brasil, o governo federal vai começar a fazer uma avaliação das instituições aplicando nos alunos uma prova no final do curso. Pelos resultados dessa prova as faculdades e as universidades serão avaliadas. O que a senhora pensa dessa forma de apreciação?

Albertina - Não sei que tipo de exame pretendem aplicar, mas suponho que vá ser fundamentalmente teórico, já que sua aplicação será massiva. Minha opinião pessoal é que um exame desse tipo não pode captar, integralmente, a formação. Um exame pode captar determinados conteúdos, mas o psicólogo não é só conteúdos. Não é apenas alguém que lembra conceitos, que sabe teorias, é alguém que sabe fazer uso dessas teorias e que tem habilidades profissionais. Para mim fica muito difícil imaginar como isso possa ser feito através de um exame. Creio que seria uma forma muito simples de proceder.

Acredito que deveriam buscar uma forma mais profunda de avaliar os programas, como desenvolvem habilidades profissionais. O nível de independência dos estudantes, de reflexão própria, de habilidades diante de um problema pesquisável, de ver problemas onde sua atuação seja importante são elementos que têm que ser avaliados nos programas. Como um programa de formação interrelaciona as disciplinas, as habilidades, a formação científica, como promove a originalidade, a reflexão, a visão múltipla das distintas correntes, das distintas concepções que permitem ao estudante ter uma concepção própria e uma prática comprometida. O aluno é um produto da formação. Por outro lado, não sei também como os alunos vão responder a isso. No meio estudantil, qual será a reação?

CRP - Seu trabalho é fundamentalmente voltado para pesquisas na área da criatividade. A senhora poderia comentar um pouco sobre ele?

"O aluno é um produto da formação. Acredito que o Brasil deveria buscar uma forma profunda de avaliar seus cursos"

ENTREVISTA

Albertina - Minha área específica dentro da psicologia é a da criatividade. Eu desenvolvi pesquisa teórica e empírica sobre como a possibilidade de o sujeito criar algo novo tem suas bases na personalidade. Refiro-me a personalidade não como um conjunto de traços, ou qualidades, mas como uma organização complexa do psíquico que regula o comportamento do sujeito.

Tenho trabalhado fundamentalmente a criatividade na educação, pesquisando como - se nós queremos desenvolver a criatividade nos estudantes - temos que fazer modificações importantes no processo educativo. O ensino, em sua forma mais tradicional, limita muito as possibilidades de desenvolvimento da criatividade. Acho que muitas aproximações atuais para o desenvolvimento da criatividade têm em conta só o elementos cognitivos.

Hoje existe uma proliferação de cursos e de técnicas, bem como de atividades na escola, para ensinar a pensar criativamente, mas muitos desses programas, a longo prazo, não têm resultados. A criatividade não depende só das habilidades cognitivas do sujeito, mas desse sistema regulador que denominamos personalidade, onde o cognitivo se insere. Ela, necessariamente, tem que passar pela motivação, pela implicação, pela audácia, pela segurança do sujeito em si mesmo, pela flexibilidade. É uma configuração de um conjunto de elementos psicológicos que possibilita a expressão criativa do sujeito.

E a escola, quando trabalha a criatividade do sujeito, limita-se a seus aspectos cognitivos. Mas em geral não trabalha a insegurança, o medo, a autovalorização baixa, que, muitas vezes, incentiva ou contribui para desenvolver.

CRP - Nesse caso a senhora entende que muitas crianças que abandonam a escola ou vão para a classe especial o fazem pela falta de se explorar sua criatividade no processo educacional? A escola estaria falhando nisso?

Albertina - Eu acredito que muitas vezes o fracasso escolar e o baixo rendimento da criança é responsabilidade da escola. Não sempre, mas a escola tem uma parte da responsabilidade. E muitas vezes se quer somente imprimir essa responsabilidade ao aluno, à sua família, à sua história familiar, às características dos pais ou a deficiências biológicas. Realmente muitos alunos têm problemas derivados de situações familiares, mas a escola também produz, contribui para a produção desse fracasso. E o faz precisamente pela estandardização da educação, pela concepção homogênea da educação, pelo ensino pouco individualizado, centrado só nas habilidades, e não no desenvolvimento das motivações, da segurança do aluno. Esse ensino que não tenta elevar a auto-estima, a autovalorização do aluno, mas o contrário.

Então a escola, como instituição na relação entre professor e aluno, muitas vezes contribui para incrementar esses problemas de fracasso escolar. Eu acho que o ensino pode levar muito mais em conta os resultados da psicologia, num tratamento mais individualizado sobre outras bases. Muitas vezes o aluno tem dificuldades e é

mandado ao processo de avaliação para que passe para a classe especial, como se o problema fosse só seu. A criatividade é uma expressão no desenvolvimento do aluno, de todo um conjunto de recursos. Não depende de um só deles. A escola pode contribuir de forma consciente a desenvolver recursos que permitam ao indivíduo ser mais criativo e não fracassar.

CRP - Nesse sentido qual tem sido o papel do psicólogo da educação em seu país?

Albertina - Em Cuba, o setor da educação é um dos que têm mais psicólogos trabalhando. Lá os psicólogos se concentram fundamentalmente no setor da saúde e no da educação, porque são setores muito priorizados pelo Estado. Basicamente o psicólogo da educação tem trabalhado em assessoria, em pesquisas de diversos aspectos, tanto do desenvolvimento infantil, adolescente, como do próprio processo do ensino e da aprendizagem. Há muitos psicólogos trabalhando em dois subsistemas fundamentais da educação, que são a educação pré-escolar e a educação especial.

Durante vinte anos o cargo de diretor nacional da educação especial cubana foi ocupado por um psicólogo, e creio que isso foi muito positivo para o desenvolvimento do psicólogo na educação especial. Nós temos tentado ampliar as possibilidades de trabalho do psicólogo da educação, com a concepção do psicólogo escolar. É uma das áreas em perspectiva de desenvolvimento, ainda que atualmente a situação econômica do país limite as possibilidades de estendê-la para o que consideramos desejável para a prática do psicólogo escolar.

CRP - Como é esse sistema e como o psicólogo trabalha?

Albertina - Há escolas de educação especial, com a maior quantidade de recursos de que o país pode dispor. São escolas para crianças cegas, com dificuldades auditivas, deficiências mentais etc., para casos que necessitam de uma educação realmente especializada, inclusive com tecnologia. Escolas onde estão pessoas com limites motores, por exemplo, exigem tecnologia e instrumental específico.

O psicólogo trabalha nos próprios centros de educação especial e tem uma atuação

relevante. Ele também participa das equipes de avaliação, que são formadas por médicos, fonoaudiólogos, assistentes sociais etc. Há equipes em todos os centros de diagnóstico e orientação, onde se avaliam todas as dificuldades. Esses centros situam-se em distintas províncias.

Quando a escola detecta dificuldades, vê-se como ela pode resolvê-las. Caso não possa fazê-lo, se o professor sente que não pode resolver, busca-se a equipe. Essa equipe pode retornar a criança para a escola com uma atenção especializada por parte do professor e assessorar esse professor. Ou seja, a saída desse centro de avaliação não significa, necessariamente, a incorporação da criança à escola especial. Pode ser que nessa avaliação integral da criança pela equipe, que faz um dossiê sobre o caso, conclua-se que com assessoria específica o professor possa atender essa criança. É um processo realmente importante de avaliação. Em Cuba cuidamos que só vá ao centro especial aqueles que precisam de uma atenção muito especializada.

CRP - Hoje estamos assistindo a uma grande expansão do trabalho do psicólogo em diversos setores da sociedade. Há, inclusive, no Congresso Nacional em Brasília, um projeto para disciplinar a autorização para porte de armas e, segundo esse projeto, as pessoas que requererem um porte de arma deverão passar por uma avaliação psicológica. O que a senhora pensa disso? Refiro-me à questão do crescimento da profissão de um lado e, de outro, às exigências do mercado de trabalho.

Albertina - Eu acho que o psicólogo é um profissional muito importante, que tem muitos campos de trabalho. Nesse sentido, sempre vai encontrar novas formas de atuação. Eu creio que a sociedade não esgotou ainda as possibilidades de atuação do psicólogo. Agora, voltemos ao anterior. Para que atuação o psicólogo está preparado realmente? E também temos que pensar se esta atuação é só do psicólogo, porque cada vez mais se demanda, em muitos campos, o trabalho interdisciplinar, em equipe, sobretudo em torno de decisões complexas sobre pessoas.

Eu acho que o psicólogo tem que participar disso. Ele não pode estar excluído. Mas ele tem que participar responsabil-

"É IMPORTANTE UMA FORMAÇÃO BÁSICA MUITO SÓLIDA E QUE PERMITA A ANÁLISE DOS DISTINTOS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO"

mente. Deve participar sozinho? Há muitas dessas decisões complexas que têm que ser tomadas por equipes de profissionais e outras que não, que o psicólogo, sozinho, pode tomar, mas com uma preparação que permita fazê-lo. Um teste não vai nos dizer nunca se uma pessoa vai ou não cometer um ato. Mas isso não significa que o psicólogo tenha que estar afastado disso. Cada vez a sociedade se torna mais complexa e cada vez a atuação do psicólogo vai ser mais demandada. Portanto, há que se preparar melhor o profissional em função das demandas e perspectivas sociais.

Um Plano de Estudo da formação não pode ser feito só em função das demandas crescentes da profissão. As universidades têm que pesquisar e ver quais vão ser as demandas dentro de 10 ou 20 anos, porque o que eu estou formando hoje é que vai ser produtivo dentro desse período de tempo.

Por isso é importante uma formação básica muito sólida que permita a análise dos distintos campos de atuação. Que permita a superação permanente. A formação básica tem que desenvolver isso, porque quem se gradua termina apenas uma etapa. Mas começa a etapa mais difícil, a da ação e do aperfeiçoamento profissional. Então, nós temos que ver quais são os novos problemas que vão surgir diante do profissional. E ir produzindo modificações na formação, complementando-a. Em Cuba, por exemplo, nós tivemos que estar reanalisando áreas de atuação antes inexistentes e para as quais os psicólogos de antes não estavam suficientemente preparados. Por exemplo, a gerontopsicologia. A nossa sociedade era muito jovem e agora, com os índices baixos de natalidade e com uma expectativa de vida em torno de 75 anos, a população cubana vai envelhecendo.

Outro exemplo é o campo do turismo, que Cuba teve que abrir como uma forma de captar divisas, devido à situação econômica crítica que estamos atravessando, e que se converteu numa indústria para o país. O turismo abre para o psicólogo novo campo e novos modos de atuação que não existiam há 10 anos. O turismo, por sua vez, trouxe um novo problema, que é a prostituição. Essa também não era área de atuação para o psicólogo, mas, quando aparece, esse profissional tem um lugar. Outros exemplos são o marketing, a publicidade turística, o problema das relações públicas.

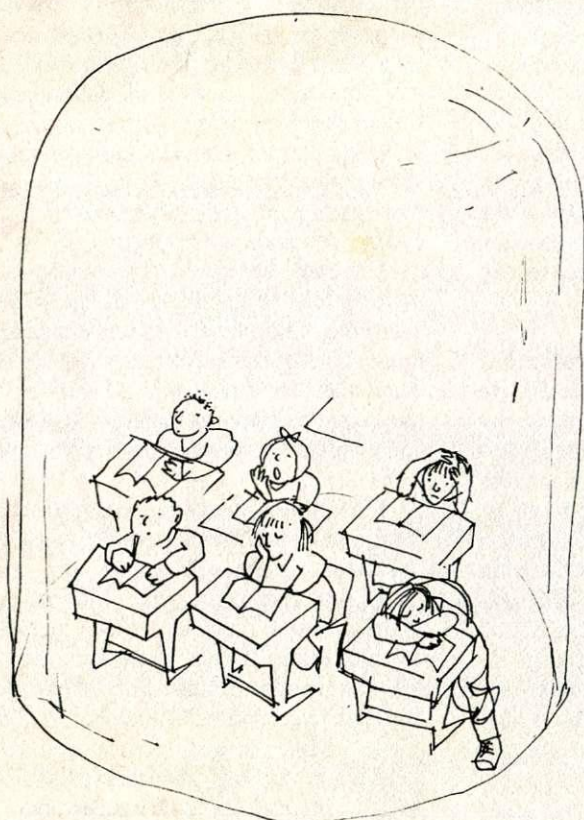
Então isso significa que a própria formação tem que estar vinculada não apenas aos problemas tradicionais, mas também aos novos problemas sociais em que o profissional necessariamente vai agir.

"EM CUBA O PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO TRABALHA EM EQUIPES DE AVALIAÇÃO E TEM UMA ATUAÇÃO MUITO RELEVANTE"

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Classes especiais para quem, afinal?

A ESCOLA SOLICITA A OPINIÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA SEMPRE QUE NÃO SABE O QUE FAZER COM UM ALUNO. ENQUANTO ISSO, AS CLASSES ESPECIAIS VÃO SE TORNANDO VERDADEIROS DEPÓSITOS DE CRIANÇAS, NUMA PRODUÇÃO MASSIVA DE MARGINALIZADOS E EXCLUÍDOS



Não foi por acaso que a avaliação psicológica foi escolhida como um dos temas a serem discutidos nos Congressos da Psicologia que se realizam neste ano. O assunto vem dando muito o que falar e, desde que o Conselho organizou em conjunto com outras entidades e profissionais, o Projeto Educação e Saúde para discutir a questão das classes especiais, essa vem se confirmando como uma das áreas mais espinhosas da atuação do psicólogo. Um primeiro motivo de espanto foi a alta incidência de crianças colocadas em classes especiais para deficientes mentais.

Para se ter uma idéia, segundo informações do psicólogo Júlio Bissoli Neto, coordenador do 1º grau na Cenp, em evento realizado em outubro do ano passado, o governo do Estado de São Paulo tem hoje 1.975 classes especiais em funcionamento para crianças com problemas auditivos, visuais, físicos e mentais. Desse total, 1.432

classes são de deficientes mentais. Ou seja, 80% das crianças colocadas em classes especiais nas escolas do Estado estão frequentando as salas para deficientes mentais. Considerando-se que cada classe especial de deficientes mentais pode ter até 15 alunos, o Estado de São Paulo teria hoje, em média, 15.356 alunos que sofrem de tais distúrbios.

São números, no mínimo, curiosos, que não deixam outra saída aos profissionais das chamadas ciências sociais e humanas a não ser formular questões sobre a realidade em que estão atuando. De saída não há como deixar

de perguntar se todas essas crianças estão colocadas corretamente nas classes especiais. Caso a resposta fosse afirmativa, abriria um primeiro caminho de investigação para cientistas e pesquisadores, cuja primeira pergunta, óbvia, seria que fenômeno estaria acontecendo para tantas crianças começarem a apresentar distúrbios mentais.

O problema, no entanto, tem se configurado como algo diverso do surgimento de algum fenômeno ainda não pesquisado pela ciência. De acordo com Bissoli, desse total de alunos colocados em classe especial de deficientes mentais, 13.786 foram avaliados, conforme determina a lei, ao passo que 1.570 (ou 10%) estão em classe especial sem avaliação, ou seja, contrariando o que determina a Lei 248/86, que dispõe sobre o "público-alvo" das classes especiais de deficientes mentais. Segundo essa lei, o aluno só pode frequentar essa classe se for submetido a uma avaliação

psicológica que o classifique como deficiente mental grau leve e, portanto, educável.

O problema apresenta agravantes quando examinados os outros dados levantados pela Secretaria de Educação, pois, de acordo com esse levantamento, grande parte dos alunos que passaram por uma avaliação antes de serem mandados para uma classe especial não apresentavam problemas que permitissem ser classificados como portadores de deficiência mental. Desses, apenas 4.140 estão nas classes segundo as condições estabelecidas em lei. Ou seja, somente esses 30% foram classificados como deficientes mentais grau leve. Em contrapartida, 2.743 crianças (o que representa 20% do total de 13.786 alunos que passaram pela avaliação), estão em classe especial de deficientes mentais sem que se saiba por que, já que o modelo de relatório dos psicólogos que realizam a avaliação não traz nenhuma informação nesse sentido.

E aí começa um outro lado do problema, que diz respeito a toda a sociedade. A dúvida nesse caso, recai sobre as motivações de tantos pedidos de avaliação psicológica e sobre a forma como estão sendo feitas. Afinal, ninguém é mandado a uma avaliação psicológica quando está agindo exatamente como querem as instituições e regras estabelecidas pela sociedade. E é aí que mora o perigo: o objeto de discussão de uma avaliação psicológica são os supostos "excessos" ou "faltas", considerados como tais a partir de um padrão de comportamento. À ausência de definições exatas sobre aspectos de personalidade (que não cabem com exatidão em modelo algum), ao longo do tempo foram sendo traçados critérios para "enquadrar" problemas. A utilização de tais critérios, rígidos, no entanto, começou a

ser questionada quando a realidade foi se impondo e demonstrando que algo vai mal nesse terreno das relações sociais e institucionais. A psicologia, hoje, considera que onde sobra rigidez falta acuidade para compreender todos os aspectos em jogo numa avaliação psicológica.

Nesse sentido, os dados encontrados por uma equipe de profissionais da USP também são contundentes. Se, por um lado, demonstram que as motivações dos professores ao solicitar uma avaliação podem ser de ordens variadas, por outro apontam para as dificuldades dos psicólogos no momento de proceder a uma avaliação. Segundo Adriana Marcondes Ferraz, uma das coordenadoras da pesquisa, que examinou o caso de 140 crianças encaminhadas para classes especiais, o trabalho revelou três tipos de demanda. Havia professores que encaminhavam a criança porque queriam um laudo para que ela entrasse na classe especial. Outros queriam o laudo para a criança sair da classe especial (isso legalmente não é necessário). E um terceiro grupo de professores encaminhavam as crianças com um pedido de diagnóstico. "Para 55% dessas crianças, foi pedido diagnóstico. Para 33%, foi pedido para entrar na classe especial e em 11% dos casos o pedido era para a criança sair. Mas no caso de 25 crianças o pedido de laudo era por um motivo institucional. Não havia uma queixa específica. Ou seja, no caso desses 18%, se não tomarmos cuidado, acabamos dizendo o que a criança é ou deixa de ser, quando não é isso que está em questão."

Na opinião de Adriana, um dos grandes problemas da avaliação é que o psicólogo acaba por ocupar um lugar inadequado. "Mesmo que a criança seja comprometida, emocional ou organicamente, muitas vezes o psicó-

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

logo dar um laudo dizendo que ela é comprometida não ajuda em nada. E continua o embate, porque o professor solicitou uma opinião do psicólogo na expectativa de que com o trabalho desse profissional ele possa ter alguma ajuda. Então, o que fica claro é que cada vez mais o eficiente e útil não é tentar definir a criança, mas fazer um trabalho conjunto."

Mas, embora todos concordem que é preciso seguir critérios rigorosos (mas não necessariamente rígidos), que impeçam as arbitrariedades no momento em que o profissional vai proceder a uma avaliação psicológica, na prática as dificuldades vêm se impondo e mostrando que é necessário mais que argumentos lógicos até que se chegue a resultados satisfatórios.

Um caso exemplar chegou ao CRP no ano passado. O do menino T.F.C., hoje com nove anos, que passou por uma verdadeira maratona numa escola pública de primeiro e segundo graus, pertencente à rede estadual. Ele começou a apresentar problemas em sala de aula e foi solicitada uma avaliação psicológica para "definir" se era necessário que passasse a frequentar a classe especial. Segundo a versão de seus pais, R.C. e M.T.F.C. ele foi encaminhado a uma psicóloga que, ao olhar seu caderno, confirmou a necessidade de que o menino fosse para a classe especial. Eles resolveram então procurar outra profissional e proceder a uma segunda avaliação. Dessa vez, procuraram a psicóloga Célia Marcondes Marques, que, após a realização de um psicodiagnóstico, concluiu que o menino apresentava problemas de ordem emocional e deveria ser submetido a uma psicoterapia, além de receber um atendimento individualizado na classe regular.

Segundo informações da psicóloga, uma vez explicitado o resultado do psicodiagnóstico, ela teria se colocado à disposição para orientar a professora no trabalho que deveria ser desenvolvido com a criança. "Eu fiz algumas orientações a esta professora, via telefone, às vezes pessoalmente, tentando estabelecer uma certa aliança entre ela e esse aluno, mas essas tentativas foram em vão. A professora alegava que

não tinha uma formação adequada para lidar com meu paciente."

Os problemas, portanto, continuaram. Até que a professora saiu em férias e foi colocada uma substituta em seu lugar. A partir desse momento, segundo Célia, o menino mudou, começou a apresentar rendimento nas aulas e reduziu seus problemas de comportamento. No início deste ano, no entanto, quando começaram as aulas, a criança foi colocada na classe da mesma professora com a qual havia vivido os conflitos que motivaram que a escola procurasse seus pais. Indagada sobre o caso, a diretora da escola, Maria José Gouveia Nassar, respondeu que, "dentro dos recursos existentes, foi dada toda a atenção possível ao aluno. Nós atendemos a psicóloga e procuramos ver as possibilidades que havia de estar conseguindo um melhor atendimento para essa criança".

Segundo a mesma diretora, no entanto, a formação de classes se faz por idade. "A gente não procura um professor com que o aluno se dê", explicou, tornando explícito um dos grandes empecilhos para que a discussão

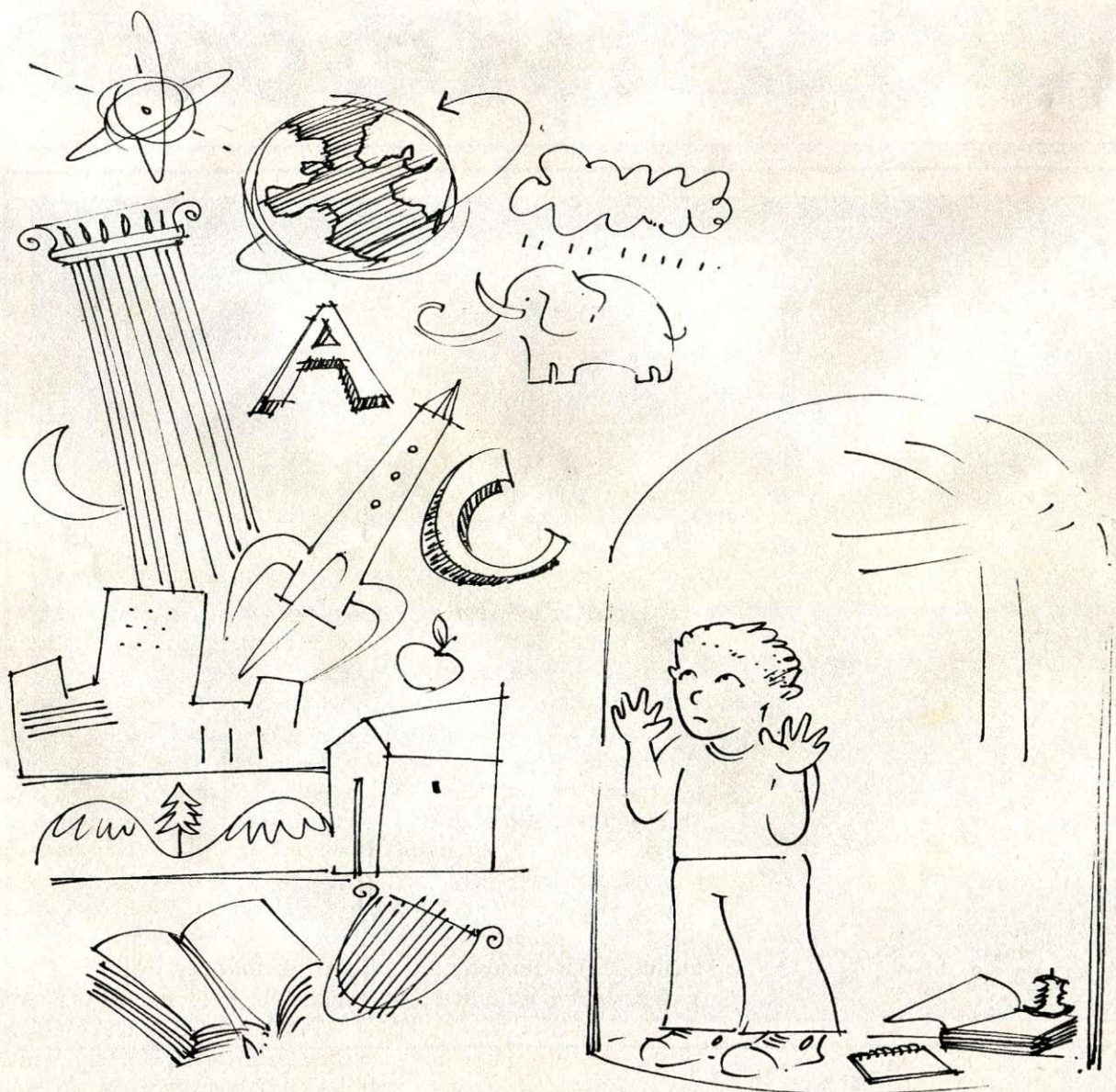
avance: o modelo de educação padronizado, que não considera diversidades, heterogeneidades ou mesmo incompatibilidades que podem surgir entre seres humanos em contato. Em outro modelo de ensino, as classes especiais deveriam ser um recurso utilizado somente depois de esgotadas todas as tentativas para equacionar os problemas surgidos no processo escolar. E, mesmo assim, deveriam ser destinadas apenas àquelas crianças cujas necessidades não pudessem ser atendidas dentro das classes regulares.

Por esse mesmo modelo, quando surgem os imprevistos, as responsabilidades recaem sobre as crianças ou suas famílias, e as classes especiais tornaram-se o depósito onde são "guardados" os conflitos. Na opinião de Maria José, por exemplo, o caso do menino T.F.C. aconteceu por um problema de relacionamento da criança. "Ele tinha esse problema. Às vezes foi colocado em outra sala, com outro professor, para ver se entrosava, mas os professores tiveram muita dificuldade de lidar com ele. Agora, a professora com quem essa criança estava não tinha apre-

sentado problemas para a escola. Muito pelo contrário, a produção de sua sala era muito boa."

Se a escola ainda hoje persiste nesse tipo de raciocínio, ela tenta incutir responsabilidades ao profissional da psicologia cobrando respostas quando surgem as questões consideradas de "fundo psíquico".

Uma vez que a realidade comprova cotidianamente que atribuir aos problemas a qualidade de "psicológicos" (sempre que não se sabe, ou não se quer enxergar de onde vêm) serve apenas para reforçar o estabelecido, o que está em xeque é a própria psicologia. Nesse sentido, não há outro caminho senão rever o conceito de psiquismo formulado com base numa concepção individualista do homem e forjado a partir de necessidades que determinam que tipo de pessoas podem servir às instituições. Por isso, é necessário que o profissional procure se inserir nas discussões que se travam a todo instante sobre os vários setores dessa mesma sociedade. A educação é dos mais importantes, mas, certamente, não é o único onde a presença da psicologia precisa se fazer incisiva.



CONGRESSO REGIONAL

A hora e a vez do exercício

Fotos: Márcia Zoet



CATEGORIA REÚNE-SE NO

MESA DO ENCONTRO TEMÁTICO
DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.

DA ESQ. PARA A DIR.:

AS CONSELHEIRAS DO CRP,
MARIA CRISTINA PELLINI, DAYSE
BERNARDI E MARIA COSTANTINI,
A PESQUISADORA DA USP,
ADRIANA MARCONDES FERRAZ E
O CONSELHEIRO DO CFP,
ODAIR SASS.



Os psicólogos da Sexta Região estiveram reunidos durante todo o mês de maio nos encontros temáticos, de onde foram retirados princípios e teses a serem levados para o II Congresso Regional da Psicologia. O Congresso será realizado nos dias 28, 29 e 30 de junho, no Hotel San Rafael, no Largo do Arouche, nº 150 (local sujeito a confirmação), das 9:00 às 20:00 horas, com a presença de 169 delegados de todo o Estado de São Paulo. Neste ano, pela primeira vez, o Congresso de São Paulo não contará com a presença de delegados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já que por decisão do Congresso passado a região Centro-Oeste do país está se organizando em um novo Conselho Regional (veja matéria à pág. 14).

Os encontros temáticos foram abertos à participação de todos os psicólogos e os delegados ao Congresso Regional foram escolhidos no Pré-Congresso Regional, realizado no dia 15 de junho, no Sinpro. Os psicólogos interessados em assistir ao Congresso Regional poderão fazê-lo, mas somente delegados eleitos têm direito a voz e voto. Os temas que

serão debatidos no Congresso foram escolhidos pelo fórum de entidades, criado no I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 1994 em Campos do Jordão.

LEGISLAÇÃO

No que diz respeito à Lei 4.119/62, que regulamenta a profissão, e à Lei 5.766/71, que cria os Conselhos de Psicologia, serão apreciados dois anteprojetos (um sobre cada uma das leis), propondo alterações na atual legislação.

Nos encontros temáticos da Lei 4.119/62 foi apresentado e discutido o anteprojeto elaborado pelo Fórum da Lei 4.119, criado no I Congresso Nacional para discutir alterações nessa legislação. Mas os profissionais presentes decidiram levar para o Congresso Regional da Sexta Região uma posição contrária à de se propor alterações na lei. De acordo com as discussões, qualquer proposta de alteração hoje seria temerária, uma vez que o que impede o livre exercício da profissão não é a lei, mas sim a realidade do país. Por esse raciocínio, ao propor alterações os profissionais

correm o risco de ter direitos, hoje já garantidos pela prática, colocados em questão a partir de sua inclusão na legislação.

A discussão não é nova. Já durante o processo de debates iniciado no fórum da Lei 4.119/62 os profissionais de São Paulo vinham defendendo essa posição. A proposta foi vencida e o fórum elaborou um anteprojeto propondo alterações. Nos encontros temáticos, no entanto, os profissionais aprovaram a tese de se voltar a discutir no Congresso Regional a possibilidade de levar ao Congresso Nacional da Psicologia, que se realiza em agosto deste ano, o mesmo anteprojeto que o CRP-06 já apresentou ao fórum, e que não altera substancialmente o texto original da Lei 4.119.

Já no que diz respeito à lei 5.766/71 também estará em apreciação um anteprojeto elaborado por uma comissão escolhida no encontro temático. O anteprojeto foi elaborado com base nas decisões tomadas pelo I Congresso Nacional de transformar o Conselho Federal de Psicologia em Conselho Nacional e sua estrutura federativa em estrutura orgânica.

CONGRESSO REGIONAL

e da formação profissional

IM DO MÊS PARA DEFINIR AS NOVAS PROPOSTAS E MODELOS DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA

EXERCÍCIO
PROFISSIONAL

No eixo temático do exercício profissional serão discutidas as questões sobre a avaliação profissional e uma política dos conselhos em relação às chamadas práticas alternativas. Foram realizados vários encontros temáticos de cada um dos temas, considerados os mais polêmicos do II Congresso.

No tema da avaliação psicológica, a categoria reunida nos encontros temáticos optou pela defesa, no Congresso, da necessidade de definição de concepções que contextualizassem as avaliações na realidade social em que são realizadas. Além disso, também foi considerada como importante tarefa para o Congresso Regional a definição de parâmetros para a realização das avaliações. Nesses parâmetros estariam contidos: a definição de normas técnicas para a avaliação, de um tempo mínimo para a realização de uma avaliação e a garantia de que as avaliações devem explicitar sua temporalidade, garantindo espaço para uma reavaliação posterior.

A questão da "leitura da demanda" também surgiu nos encontros, tendo-se concluído por se discutir no Congresso a necessidade de que o psicólogo abandone as posturas tradicionais, passando a problematizar as queixas que recebe, indagando de onde vem a solicitação da avaliação e para onde vão seus resultados. Nesse sentido, falou-se muito na responsabilidade do profissional da psicologia pelos efeitos de uma avaliação que, de acordo com a opinião da maioria, deveria ser realizada por equipes multiprofissionais. São teses que, uma vez aprovadas, deverão modificar profundamente os moldes em que são realizadas as avaliações.

Quanto aos encontros sobre as chamadas práticas alternativas, até o fechamento desta edição ainda não haviam sido aprovadas teses. Mas as

tendências que vêm se esboçando desde que a questão veio à tona se confirmaram. De um lado, aqueles que querem a liberação total das práticas alternativas. De outro, os que defendem sua condenação pelos Conselhos. Os participantes foram convocados a apresentar teses, que serão organizadas para discussão no plenário do Congresso.

FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

Sobre a formação profissional do psicólogo serão discutidos os estágios supervisionados e as clínicas-escola, além de uma política de enfrentamento à proliferação indiscriminada de cursos. O consenso em torno do tema, previsto pelos conselheiros do CRP-06, se confirmou nos encontros temáticos da formação profissional. Os participantes foram unânimes na opinião de que o modelo de formação precisa ser revisto e criadas formas concretas para impedir a livre criação de cursos de psicologia.

Nesse sentido, as discussões no Congresso deverão seguir os indicativos elaborados pelos profissionais presentes aos encontros. De acordo com esses indicativos o modelo de formação profissional deverá ser global e generalista, não havendo mais discriminação entre bacharelado, licenciatura e formação. Ainda de acordo com os resultados das discussões do grupo de formação, esse novo modelo deverá prever estágios junto à comunidade desde o início do curso.

Mas essas não serão as únicas alterações propostas. Também será analisada a proposta de transformar a estrutura da clínica-escola em um centro ou instituto contextualizado com a comunidade da região onde situa-se a faculdade, com atenção voltada às demandas nas várias áreas de atuação profissional, e não somente no modelo clínico/assistencialista. Ainda de acordo com as conclusões

dos encontros temáticos de formação, esses centros deverão ser locais de pesquisas, integrando teorias e práticas no intuito de ampliar os conhecimentos da ciência psicológica. Além disso, seu funcionamento deverá ser independente do ritmo acadêmico, como acontece nas clínicas-escola hoje, e o acesso deverá ser aberto à comunidade.

Quanto à orientação que deve ser seguida pelo Conselho Regional no que diz respeito à formação profissional, os psicólogos que participaram do grupo de formação decidiram levar ao Congresso a posição de que a entidade deverá

pautar ações no sentido de apoiar, incentivar e interferir nas políticas educacionais de enfrentamento à proliferação da abertura de novos cursos de psicologia com os critérios propostos no I Congresso e com os que ficarem dedicados no II Congresso da Psicologia. Deverá também agir no sentido de preservar o ensino público, encaminhando ações que estimulem pesquisas das demandas da comunidade no contexto sócio-cultural brasileiro. Além disso, a entidade deverá incentivar a qualificação dos professores, defendendo a pós-graduação como instrumento de transformação.

NO ENCONTRO TEMÁTICO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS, OS PROFISSIONAIS FORAM CONVOCADOS A APRESENTAR TESES PARA SEREM DISCUTIDAS NO PLENÁRIO DO CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA.



ORÇAMENTO



Conselho compra casas para subsedes

Psicólogos do interior do Estado terão espaço próprio para reuniões. CRP quer inaugurar nova sede no segundo semestre

A inauguração da nova sede do CRP-06 deverá acontecer no início do segundo semestre. A informação é do conselheiro-tesoureiro Sidnei Corocine, que explicou também que as obras têm seguido ritmo mais lento que o desejado devido a imprevistos surgidos no decorrer do serviço. Segundo o conselheiro, o maior problema ocorrido desde o início da reforma já foi superado com o cancelamento do contrato com a empresa vencedora da licitação, a JBK. "Tivemos que cancelar o contrato porque a empresa queria fazer vários aditamentos, encarecendo os preços inicialmente contratados", explicou.

Quando o CRP cancelou o contrato com a JBK as obras ficaram paralisadas porque a segunda colocada na licitação não quis assumir sua continuidade.

de. Finalmente foi assinado contrato com a terceira colocada, a empresa Singular, e a reforma foi retomada. "Só que de lá para cá surgiram novos contratamentos que atrasaram ainda mais nosso cronograma", explicou Corocine. O psicólogo refere-se ao fato de que a empresa Artec, responsável pela instalação do sistema de ar-condicionado, que já havia recebido o equivalente a 80% do valor de seus serviços, também quer firmar um aditamento de quase 50% ao contrato inicial, alegando que a obra ficou parada. "Além da lei de licitações não permitir um aditamento tão alto, a gestão considera que tais valores excedem os limites do possível e estamos lidando com recursos da categoria", disse o conselheiro.

Até o fechamento desta edição o Conselho estava tentando resolver a questão no âmbito jurídico sem novos gastos. E, segundo Corocine, mesmo

que fosse necessário quebrar o contrato com a Artec, tudo seria feito de forma a trazer o mínimo de prejuízos possível às instalações da nova sede e sem maiores atrasos no cronograma.

Por outro lado, no interior do Estado também já está em andamento a compra de casas para as subsedes do Conselho. Segundo informações da vice-presidente do CRP, Maria Costantini, já foi efetivado negócio nas cidades de Bauru, São José do Rio Preto e Assis. E nos municípios de Santos e Taubaté as comissões gestoras estão negociando com os respectivos proprietários.

A compra das casas para as subsedes foi decidida em assembléia geral ordinária no final do ano passado, quando foi feita a previsão orçamentária para 1996. Os imóveis serão adquiridos com recursos de superávit financeiro do exercício de 1995, obti-

dos com a realização de uma campanha de recuperação financeira em que os psicólogos em débito com o CRP foram incentivados a quitar suas anuidades atrasadas.

A categoria optou pela compra, devido à possibilidade de, com sedes próprias, as subsedes poderem desenvolver ações para criar uma referência para os psicólogos de suas regiões. Segundo Costantini, a escolha das casas para as subsedes está sendo feita de acordo com os critérios traçados de priorizar espaço para a realização de reuniões, facilidade de estacionamento, localização e de os imóveis estarem em bom estado de conservação. "Além disso, o valor de cada imóvel está sendo avaliado pela assessoria jurídica do Conselho e em cada subsele há um engenheiro se responsabilizando pela vistoria técnica dos imóveis e produção de um laudo sobre suas condições", finalizou.

URGENTE

Atenção Psicólogo!

Multa Indevida

Conforme determina o regimento eleitoral do Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Regional da Sexta Região expediu cobrança de multa para quem não compareceu para votar ou para justificar sua ausência no pleito do ano passado. No entanto, por um erro administrativo, muitos profissionais que votaram ou justificaram receberam a cobrança indevida da multa e não deverão sofrer tal ônus. Os profissionais que tiverem comparecido para a votação deverão enviar ao CRP-06 seu comprovante de voto. Caso não o tenham mais, devem enviar uma carta que servirá como recibo de comparecimento. E os que apresentaram justificativa e ainda assim receberam a cobrança também devem enviar carta para cruzamento com os dados do computador da entidade. As multas cobradas indevidamente serão anuladas.

Mudança de Diretoria

A diretoria do Conselho mudou. O plenário do CRP-06 escolheu, no mês de abril deste ano, os seguintes conselheiros para estar à frente da gestão até o mês de setembro deste ano: Cristina Amélia Luzio (conselheira-presidente), Maria Costantini (vice-presidente), Sidnei Corocine (tesoureiro) e Sérgio Luiz Braghini (secretário-geral).

INFORME PUBLICITÁRIO

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

A partir de 03.06.1996 estarão abertas as inscrições para os cursos de especialização em Psicoterapia Reichiana e Clínica Psicanalítica do Envelhecimento.

A partir do final de junho estarão abertas as inscrições para os cursos de expansão cultural para o segundo semestre de 1996.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 262-8024, ou à Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes.

LUTA ANTIMANICOMIAL

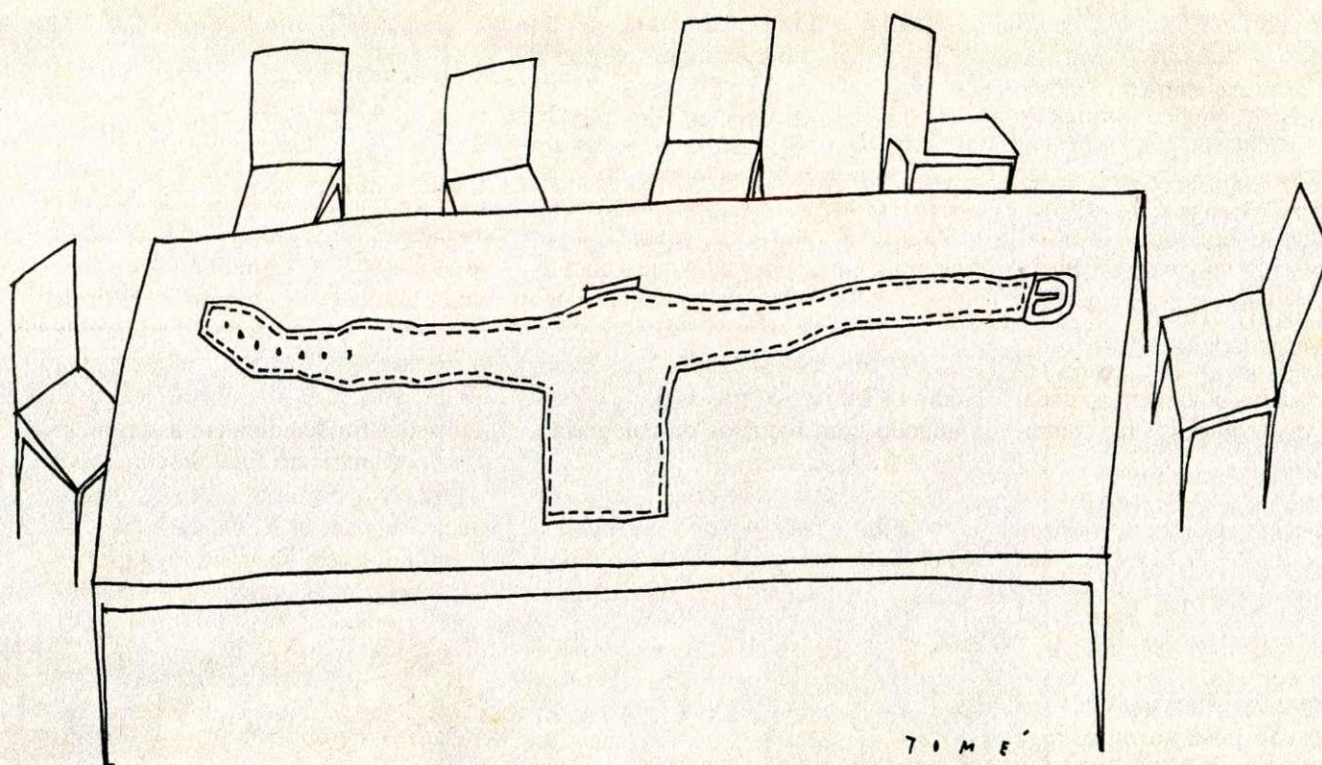
Falta de quórum atrasa resultados da CPI dos Manicômios

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa paulista, que investiga o serviço prestado pelos manicômios desde fevereiro deste ano, está encontrando grandes dificuldades para continuar seu trabalho. Como se não bastasse a resistência dos donos de hospitais e o desmantelamento dos equipamentos públicos para a implantação do PAS, que dificultam as visitas de vistorias, tem ainda que enfrentar a ausência dos deputados às sessões, que, por falta de quórum, vêm sendo sistematicamente adiadas. Tais sessões deveriam ser realizadas todas as terças-feiras na Assembleia, mas já aconteceu de terem sido canceladas por três semanas consecutivas. A comissão é formada por nove deputados, sendo necessária a presença de no mínimo cinco parlamentares para a realização das sessões.

Para solucionar esse problema, os profissionais comprometidos com a luta antimanicomial vêm sugerindo que a população e os setores ligados à saúde e aos direitos humanos façam pressão sobre os deputados para que assumam suas responsabilidades. Nesse sentido, o psicólogo Marcos Colen, conselheiro do CRP que vem trabalhando junto à CPI, faz um apelo aos psicólogos para que enviem denúncias via fax ao gabinete da deputada Célia Artacho, presidente da comissão, ou que compareçam às sessões da Assembleia. Como forma de pressão, o plenário do CRP-06 enviou, no mês de maio, uma carta a todos os deputados-membros da CPI. No documento o Conselho reafirma a importância do trabalho da comissão e declara que, se necessário, fará denúncia sobre os fatos que vêm impedindo seu pleno funcionamento.

A CPI dos Manicômios, como ficou conhecida, foi instalada em 8 de fevereiro deste ano para funcionar num prazo regulamentar de 60 dias. Mas solicitou a prorrogação desse prazo por mais 60 dias, procedimento previsto pelo regimento da Casa. Até

APESAR DAS VISTORIAS JÁ REALIZADAS TEREM ENCONTRADO VÁRIAS IRREGULARIDADES EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS, DEPUTADOS NÃO TÊM COMPARECIDO ÀS SESSÕES, IMPEDINDO QUE OS TRABALHOS AVANCEM



o fechamento desta edição haviam sido vistoriados o Hospital de Pilar do Sul (Sorocaba), o Hospital Asilo Lar Bussocaba, o Hospital do Morumbi e o Hospital-Dia do Butantã e do Itaim. Segundo informações da presidente da CPI, Célia Artacho, a comissão acabou de colher os depoimentos dos diretores do Hospital de Pilar do Sul, mas ainda não apresentou os resultados das visitas aos outros estabelecimentos por causa da falta de quórum nas sessões. A deputada informou, também, que deverá solicitar nova prorrogação para a comissão, mas ressaltou a insegurança que vem rondando o trabalho, já que “a primeira prorrogação que pedimos ainda não foi votada pelo plenário da Assembleia”. A maior preocupação agora é com o recesso de julho,

quando os trabalhos serão suspensos. “Com isso ficaremos ainda mais atrasados, e a grande questão é que o trabalho está apenas começando”, desabafou Artacho.

Segundo os profissionais que participaram das visitas de vistorias aos três hospitais, a comissão constatou uma lastimável situação de abandono dos pacientes em todas as instituições vistoriadas, tendo encontrado, inclusive, pessoas feridas, quartos úmidos e poucos funcionários para o atendimento aos usuários. Ainda de acordo com os resultados das visitas, as administrações desses hospitais também deixam muito a desejar e o trabalho realizado internamente é completamente desintegrado. As visitas de vistoria têm sido acompanhadas por técnicos, psiquiatras, psicólogos e

enfermeiros, além de entidades como a Comissão Teotônio Vilela, CRP, Cremesp e outras.

Na última sessão da CPI realizada até o fechamento desta edição, no dia 7 de maio, foram lidos os relatórios dos diretores do Hospital de Pilar do Sul, Cassio Neves (diretor financeiro) e Newton de Oliveira (diretor clínico). Nos documentos os médicos negaram o uso da camisa-de-força, apontado pela comissão, e afirmaram seu repúdio a esse método, alegando que ele fere os padrões internacionais de atendimento psiquiátrico. A realidade, no entanto, é que as camisas-de-força foram encontradas recém-lavadas e passadas na lavanderia do hospital e o fato não foi satisfatoriamente explicado até o momento.

SAÚDE PÚBLICA

Conselho Municipal de Saúde substitui representante favorável ao PAS

Em reunião realizada no dia 27 de maio, o colegiado do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (CMS) decidiu substituir seu representante junto ao Conselho de Orientação do Fundo Municipal de Saúde (Fumdes), o advogado Enil Boris Barragan (representante do Sindicato de Hospitais no CMS), pelo médico Henrique Carlos (representante dos Conselhos de Saúde no CMS). A substituição foi motivada pela aprovação no Conselho de Orientação do Fumdes, com voto favorável de Barragan, de R\$ 210 milhões para execução de ações de implantação do PAS. Segundo informações de Luzinete Freitas Alves, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, a medida foi tomada "porque o representante votou contra todas as posições que vêm sendo adotadas pelo Conselho desde o surgimento do PAS".

O Conselho Municipal de Saúde vem se posicionando publicamente contrário à implantação do plano de privatização da Prefeitura e defendendo a implantação do Sistema Único de Saúde, previsto pela Constituição de 1988. Segundo declarações de Barragan, não houve uma discussão anterior no Conselho Municipal sobre a verba que seria votada no Fumdes. Ele justificou seu voto favorável à liberação da verba alegando que "é necessário separar a situação política da realidade nacional". A coordenadora do CMS, no entanto, rebateu as declarações afirmando que "uma pessoa que vem acompanhando há dois anos as discussões no Conselho sobre a implantação do PAS não poderia ter dúvidas". Segundo Luzinete, se houvesse qualquer dúvida, o representante do CMS no Fumdes poderia ter procurado qualquer um dos membros da executiva do Conselho para esclarecê-las. Ainda de acordo com a coordenadora do CMS,

Barragan foi para a reunião do Fumdes representando o Conselho Municipal de Saúde, mas na hora de se posicionar o fez de acordo com os interesses do Sindicato dos Hospitais, entidade pela qual se deu sua entrada no Conselho.

Segundo Luzinete, o Conselho Municipal de Saúde já enviou correspondência ao Sindicato dos Hospitais explicando os motivos da substituição de Barragan por outro representante. Ele, no entanto, continua como conselheiro do CMS por mais um ano e meio, já que todos os membros do

reador Adriano Diogo (PT) entrou com representação junto ao Ministério Público expondo a ilegalidade da liberação das verbas. Segundo informações do vereador, a ação está nas mãos do promotor Carlos Alberto Sales. Será instaurado inquérito para apurar as condições dessa liberação e, caso se confirme a ilegalidade da medida, será aberta ação civil pública, a exemplo do procedimento adotado com a liberação de R\$ 5 milhões, no ano passado, cuja ação já está em andamento.

Ainda segundo o vereador, a re-

questão de que toda verba liberada pelo Fumdes deve, necessariamente, ser referendada pelo Conselho Municipal de Saúde, que deveria ser o responsável pela formulação das diretrizes políticas para o setor no âmbito municipal.

Enquanto os debates prosseguem, a Prefeitura continua com seu calendário de implantação do PAS. Até o fechamento desta edição estava definida a implantação de mais três módulos nas regiões de Jabaquara, Mooca e São Miguel Paulista.

Segundo os profissionais ligados à rede pública, no entanto, o sistema de Saúde da Prefeitura vem sendo hoje gravemente mutilado. De acordo com informações de Floriano Nuno de Barros Filho, conselheiro do CRP, a atual administração municipal acabou com a Ação Programática – responsável pela triagem do usuário, encaminhando-o, se necessário, para o especialista correto –, causando desorganização no sistema administrativo. Essas falhas, repercutindo em outros setores, foram desencadeando um dismantelamento na estrutura, comprometendo seriamente a qualidade nos serviços.

As vitórias nas redes já implantadas para detectar as condições do atendimento vêm sendo feitas regularmente. A última visita realizada foi em Itaquera/Guaianazes no dia 19 de abril. Ficou constatada a redução do serviço social, a extinção da fonoaudiologia e a quase eliminação da saúde mental, especificamente no tocante ao trabalho da psicologia. Além das vitórias e dos instrumentos legais, vêm sendo promovidas manifestações públicas em protesto contra o Plano da Prefeitura. A última manifestação aconteceu em frente ao Teatro Municipal, zona central de São Paulo, no dia 15 de maio. O ato contou com a presença de centenas de pessoas, que saíram em passeata até a Praça João Mendes.



MANIFESTAÇÃO CONTRA O PAS REUNIU GRANDE NÚMERO DE PESSOAS EM FRENTE AO TEATRO MUNICIPAL E EM PASSEATA ATÉ A PRAÇA JOÃO MENDES

Conselho foram eleitos há seis meses para um mandato de dois anos.

Depois de encerrado o episódio que deu origem à substituição de Barragan pelo representante dos Conselhos de Saúde para atuar junto ao Fumdes em nome do Conselho Municipal de Saúde, os setores ligados à questão continuam tomando medidas para colocar um fim ao plano de privatização da saúde. Na semana seguinte à reunião do Fumdes que aprovou a verba de R\$ 210 milhões, o ve-

presentação baseia-se no fato de que o Fumdes não pode liberar verbas para o PAS, uma vez que os recursos municipais devem ser destinados às ações de implantação do Sistema Único de Saúde. "Além disso, a verba do Fundo Municipal deve ser destinada a ações como a construção e a implantação de unidades básicas de saúde, postos de saúde e outras obras de pequeno porte, de acordo com as necessidades traçadas pelo Conselho de Saúde", explicou. Sobre isso, Luzinete levantou ainda a

RECADASTRAMENTO

Psicólogos não completam formação pós-graduada

Os dados do recadastramento realizado pelo CRP-06 apontaram que o número de psicólogos da Sexta Região que freqüenta todos os níveis da formação pós universitária ainda é baixo. Do total de 28.472 profissionais que responderam ao recadastramento, apenas 8.771 (ou 30,81%) freqüentaram algum curso da formação pós-graduada.

Um fato que chamou a atenção dos coordenadores do trabalho foi a distribuição desses profissionais nos três Estados que, à época do levantamento, formavam a jurisdição do CRP-06: São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, do total de 27.558 psicólogos que participaram do recadastramento, 8.436 profissionais (ou 30,61%) fizeram algum tipo de especialização. Em Mato Grosso, dos 233 profissionais, 85 (36,48%) se incluíram entre os que procuraram a formação pós-graduada. E, no Mato Grosso do Sul, dos 681 psicólogos que responderam ao recadastramento, 250 (36,71%) buscaram a especialização. Portanto, o percentual de profissionais que procuraram freqüentar algum curso de pós-graduação é relativamente maior nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na avaliação de José Roberto Tozoni Reis, conselheiro do CRP-06, os índices encontrados no Centro-Oeste explicam-se pelo fato de que nesses Estados "há pouca oferta de cursos breves em comparação ao número de profissionais formados, ao contrário do que acontece em São Paulo, e os psicólogos, quando vão procurar a especialização, recorrem aos cursos oferecidos pelas universidades e que foram os considerados no recadastramento". O CRP incluiu em seu levantamento apenas os cursos com carga superior a 360 horas/aula.

Tais dados, no entanto, sofrem uma inversão quando verificado o tipo de formação pós-graduada que caracteriza cada população. Embora em todos os Estados os índices caiam à medida que avança o nível da pós-graduação, grande parte dos profissionais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul declarou ter freqüentado apenas cursos de especialização, primeiro degrau na "escada" da formação pós-graduada. Também em São Paulo os cursos de especialização concentram a maior parte dos profissionais (81,01%), mas, segundo

Tozoni, o dado mais significativo, nesse caso, refere-se à diferença entre os que chegaram a freqüentar um curso de mestrado. Em São Paulo, apenas 1.440 (ou 15,10%) psicólogos o fizeram, informação que aponta uma queda expressiva no número de profissionais que dão continuidade à pós-graduação depois de terminada a especialização. Por seu turno, em Mato Grosso somente 4 profissionais declararam ter o curso de mestrado, o que equivale a 4,49% dos que buscam a formação pós-graduada. E, no Mato Grosso do Sul, 25 profissionais fizeram mestrado, o que equivale a 9,36%. Ou seja, também aqui os números decaem significativamente, apesar de indicarem que um percentual alto de profissionais nos três Estados tem buscado suprir as carências da formação universitária. "Para exercer bem a profissão, hoje em dia, é necessário no mínimo ter a especialização, apesar disso não ser obrigatório", explicou Tozoni.

Mas se os índices apontam para uma preocupação dos psicólogos com sua qualificação profissional ao freqüentarem cursos

de especialização, o mesmo não acontece se considerados os mesmos números face às necessidades da formação de novos psicólogos. Explicando melhor, os cursos mais "avançados" da pós-graduação, que se destinam àqueles que querem seguir a carreira acadêmica, foram os que apresentaram a menor procura. Os profissionais paulistas que freqüentaram doutorado representam apenas 3,50% da população total de psicólogos que ingressam na formação pós-universitária. Em Mato Grosso esse índice foi igual a zero e no Mato Grosso do Sul ficou em 1,12%. E no que diz respeito ao pós-doutorado, em nenhum dos três Esta-

dos nem sequer 1% de profissionais que responderam ao recadastramento alcançou esse nível de instrução. Tais dados, na avaliação dos coordenadores do trabalho, permitem levantar questões sobre a qualificação dos professores que estão formando novos psicólogos. "Muitos professores, ao passarem a exercer apenas a carreira acadêmica, costumam cancelar seu registro no CRP e, portanto, não estão incluídos no recadastramento, mas, mesmo assim, o índice de doutorado e pós-doutorado é muito pequeno, se comparado ao número de universidades que atualmente tem curso de psicologia", finalizou Tozoni.

VEJA AS TABELAS E COMPARE OS NÚMEROS

Psicólogo, por Condição de Formação Pós-Graduada Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 1995 (1)

Estados	Condição de Formação Pós-Graduada				Total	
	Sim		Não			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	8.771	30,81	19.701	69,19	28.472	100,00
São Paulo	8.436	30,61	19.122	69,39	27.558	100,00
Mato Grosso	85	36,48	148	63,52	233	100,00
Mato Grosso do Sul	250	36,71	431	63,29	681	100,00

Cursos de Pós-Graduação Realizados pelos Psicólogos, por Tipo Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 1995 (1)

Estados	Tipo de Curso								Total	
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	8.046	81,35	1.469	14,85	337	3,41	39	0,39	9.891	100,00
São Paulo	7.724	81,01	1.440	15,10	334	3,50	37	0,39	9.535	100,00
Mato Grosso	85	95,51	4	4,49	0	0,00	0	0,00	89	100,00
Mato Grosso do Sul	237	88,76	25	9,36	3	1,12	2	0,75	267	100,00

Fonte: C.R.P. - 06/SEADE; Recadastramento Profissional dos Psicólogos.

(1) O Recadastramento foi realizado no período de 03/06/94 a 31/05/95.

Nota: Inclui cursos de *lato sensu* e *stricto sensu*.

Obs.: O número total de psicólogos que declararam ter formação pós-graduada não coincide com o número total de cursos de pós-graduação realizados. O último é superior porque o mesmo profissional pode ter concluído mais de um tipo de curso de pós-graduação.

DESMEMBRAMENTO

Conselho Federal aprova criação da 14ª Região

O Conselho Federal de Psicologia aprovou, na reunião plenária do dia 18 de maio, a criação do Conselho Regional de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com a medida, fica criada a 14ª Região, já oficializada pela Resolução 004/96, de 30 de maio de 1996 (veja abaixo).

Outra Resolução, a de nº 005/96 (leia abaixo), nomeou uma junta governativa para responder jurídica e administrativamente pelo CRP-14 até a realização da primeira eleição da região, no dia 19 de agosto próximo.

mo. Durante a realização do primeiro Congresso Regional do CRP-14 foi escolhida uma comissão eleitoral para dar início ao trabalho de organização do pleito e elaboração de edital convocando a eleição e dando instruções para inscrições de chapas.

De acordo com Maria José da Silva Rado, representante do Mato Grosso junto ao comitê para a criação do novo Conselho, "os profissionais do MT e MS, atualmente inscritos na Sexta Região, serão transferidos para a 14ª". "Os psicólogos deverão

comparecer ao novo Conselho levando fotos 3X4, para que possamos confeccionar novas carteiras de identidade profissional", disse. A psicóloga informou também que o prazo para essa transferência ainda não foi fixado, estando na dependência da nomeação da junta governativa. A categoria será comunicada quando a transferência começar a ser efetuada. Da mesma forma, as inscrições de novos profissionais estão temporariamente suspensas.

Maria José informou também que, após as eleições, a chapa vencedora terá um tempo para se apropriar do funcionamento do Conselho. "Os conselheiros do CRP-06 continuarão dando todo o apoio logístico para que possamos nos adaptar à nova estrutura." Segundo ela, dessa forma fica garantida a autonomia do novo Conselho, com a criação de procedimentos próprios, tanto do ponto de vista administrativo quanto de processos jurídicos e éticos.

Conheça as resoluções do Conselho Federal

Resolução nº 004/96 de 30 de maio de 1996

Cria o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adaptar o conjunto da autarquia à extensão territorial do país e dar uma resposta eficaz aos problemas do exercício profissional, aproximando a representação da entidade dos locais de atuação da categoria,

CONSIDERANDO a decisão tomada pelo I CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA de caminhar para a atualização dos Conselhos Regionais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região.

Parágrafo 1º - O Conselho Regional de Psicologia - Décima Quarta Região - terá jurisdição sobre os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande.

Art. 2º - Em decorrência da criação do novo Regional, o Conselho Regional de Psicologia da Sexta Região terá sua jurisdição modificada, ficando circunscrita ao Estado de São Paulo.

Art. 3º - Os profissionais residentes nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e inscritos no Conselho Regional que sofreu desmembramento serão automaticamente transferidos para o novo Conselho Regional, na data de sua instalação.

Parágrafo único - Em decorrência dessa transferência, os profissionais deverão ser convidados a comparecer à sede do novo Conselho Regional para proceder à troca da carteira antiga pela nova, sem ônus, contendo o novo número de inscrição.

Art. 4º - O novo Regional será instalado em 30 de maio de 1996.

Art. 5º - Em 30 de maio de 1996 tomarão posse os profissionais nomeados através da Resolução CFP nº 005/96, os quais administrarão o novo Conselho até a realização das eleições e posse do plenário eleito.

Parágrafo 1º - As eleições realizar-se-ão

no dia 19 de agosto de 1996.

Parágrafo 2º - O mandato do plenário eleito encerrar-se-á em 27/9/98 para coincidir com as eleições gerais, junto com os demais Conselhos Regionais que compõem a autarquia.

Art. 6º - Todos os bens móveis e imóveis já alocados no futuro regional serão incorporados ao seu acervo.

Art. 7º - As despesas para instalação serão rateadas entre o Conselho Regional que sofreu desmembramento e o Conselho Federal de Psicologia, conforme plano financeiro ajustado entre ambos e o novo Regional.

Art. 8º - O Conselho Regional que sofreu desmembramento repassará ao novo Regional o saldo da arrecadação de 1996.

Parágrafo único - Entende-se por saldo a diferença existente entre o valor arrecadado correspondente a todas as anuidades e taxas relativas aos psicólogos inscritos na nova jurisdição e as despesas realizadas com o Conselho Regional desmembrado.

Art. 9º - O art. 3º da Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP 004/86) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 03 - São as seguintes as zonas de jurisdição e respectivas sedes dos CRPs:

a) 1ª Região, de sigla CRP-01, com jurisdição no Distrito Federal e nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e tendo sua sede na cidade de Brasília.

b) 2ª Região, de sigla CRP-02, com jurisdição nos Estados de Alagoas e Pernambuco e tendo sua sede na cidade de Recife.

c) 3ª Região, de sigla CRP-03, com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe, tendo sua sede na cidade de Salvador.

d) 4ª Região, de sigla CRP-04, com jurisdição nos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais, tendo sua sede na cidade de Belo Horizonte.

e) 5ª Região, de sigla CRP-05, com jurisdição no Estado do Rio de Janeiro, tendo sua sede na cidade do Rio de Janeiro.

f) 6ª Região, de sigla CRP-06, com jurisdição no Estado de São Paulo, tendo sua sede na cidade de São Paulo.

g) 7ª Região, de sigla CRP-07, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Porto Alegre.

h) 8ª Região, de sigla CRP-08, com jurisdição no Estado do Paraná, tendo sua sede na ci-

dade de Curitiba.

i) 9ª Região, de sigla CRP-09, com jurisdição nos Estados de Goiás e Tocantins, tendo sua sede na cidade de Goiânia.

j) 10ª Região, de sigla CRP-10, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, tendo sua sede na cidade de Belém.

l) 11ª Região, de sigla CRP-11, com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, tendo sua sede na cidade de Fortaleza.

m) 12ª Região, de sigla CRP-12, com jurisdição no Estado de Santa Catarina, tendo sua sede na cidade de Florianópolis.

n) 13ª Região, de sigla CRP-13, com jurisdição nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tendo sua sede na cidade de João Pessoa.

o) 14ª Região, de sigla CRP-14, com jurisdição nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo sua sede na cidade de Campo Grande.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Resolução CFP nº 005/96 de 30 de maio de 1996

Nomeia os membros do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 38 da Lei nº 5.766 de 20/12/71, e a necessidade de organizar o Conselho criado pela Resolução CFP nº 004/96 até a realização da eleição para escolha dos membros do Conselho Regional da 14ª Região,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para atuar como membros do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, até a realização das eleições e posse do plenário eleito, os seguintes profissionais:

- 1 - Marina Maria Ribeiro
- 2 - Antônio José Ângelo Motti
- 3 - Celi Correa Neres
- 4 - Carla França Pinheiro
- 5 - Alexandra Graboski de Castro

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

JUSTIÇA

Tribunal Regional Federal absolve torturador

O Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa enviou ao CRP-06 abaixo-assinado contendo 98 assinaturas como forma de encaminhar publicamente seu veemente repúdio à decisão tomada pelo Tribunal Regional Federal (TRF), em Brasília, de reabilitar o médico Amílcar Lobo no exercício de sua profissão. Amílcar Lobo tornou-se conhecido como "Dr. Carneiro" na época da ditadura, para a qual trabalhou como tor-

turador. Teve seu registro profissional nº 5.213.558 cassado após processo ético no Conselho de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), mas a decisão do TRF de Brasília anula a decisão do Cremerj.

Segundo o documento do Fórum, "no momento em que nos envergonhamos dos Carandiru, Candelária, Corumbiara, Vigário Geral e Eldorado dos Carajás, nada pior do que criar novamente a possibilidade dos horrores dos porões da tortura".

OPINIÃO

* Aldaíza Sposati

Assistência Social e Psicologia: uma importante parceria

A assistência social tem sido historicamente entendida como política social de benemerência, com práticas assistencialistas, fisiológicas, de cunho tutelador e compensatório.

Contentarmos com pouco é reitear esta **possível** política pública de assistência social no patamar da benemerência. Falo em possível para que não venhamos a esbarrar na interpretação que reduz vontades e que afirma ser a utopia um idealismo imobilista. Sem a utopia de justiça não enxergamos o Brasil como justo. Sem a vontade efetiva não mudamos a injustiça na construção de uma possível justiça. Não podemos fazer do possível uma trava ao avanço necessário.

As qualificações para que a assistência social rompa com o caráter benemérito e seja cidadã não são utopias e, sim, exigências necessárias. Caso contrário, estaríamos compactuando com um cenário de democracia inconsequente com os resultados ou num jogo que se encerra no hoje e deixa o amanhã aos fragmentos de desejos não realizáveis.

A tradição de benemerência da assistência social reduz cidadãos e necessitados a pessoas desvalidas de direitos e garantias sociais, em uma lógica perversa que limita a idéia de universalidade da segurança social a práticas seletivas, que se dedicam aos "não aptos" para o trabalho como os inválidos ou desvalidos.

O compromisso, presente na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social, é o de transformar esta realidade. A partir da Constituição, a assistência social assume caráter de política social pública. A assistência social passa a ser entendida como parte integrante de uma política maior de Seguridade Social. O artigo 194 da Constituição Federal deixa claro que "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

Falar de política pública de seguridade social é propor alternativas que enfrentem as injustiças e as desigualdades e não de ajudas que deso-

briguem a respostas de qualidade, com coberturas crescentes em suas atenções.

A Lei Orgânica da Assistência Social - Loas - sancionada em dezembro de 1993, dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social. Essa inovação assume um significado que vai além dos avanços restritos ao campo jurídico ou legal formal. A Loas rompe com um conjunto de práticas descontínuas e com o uso fisiológico e clientelístico da distribuição de benefícios em geral.

Marcadamente a Loas implica uma nova concepção de política de assistência social que, ao provocar a ruptura com políticas de compensações circunstanciais, passa a uma política de segurança social com garantias de coberturas de necessidades. Ela é entendida como uma política indenizatória e afiançadora de mínimos de cidadania. Com isso torna-se uma política de vigilância contra a exclusão social.

Desse ponto de vista a política de assistência social é política pública de proteção social, sob o paradigma da

rompe, de fato, com a prática de ajudas parciais, fragmentadas e se caminha para direitos a serem assegurados com padrões de qualidade.

É importante entender que a Política de Assistência Social nas três esferas de governo, como determina a Loas, deve ter um comando único. Dessa forma se evita as já tão conhecidas distorções: paralelismo de programas, serviços e ações, pulverização de recursos humanos e materiais, dispersão de responsabilidades, indefinição de competências e ausência absoluta de organicidade para a área. A organização e gestão da Política de Assistência Social, além da definição clara das competências em cada esfera de governo, conta com um órgão superior de deliberação colegiada, paritário. A participação e o controle da sociedade são assim exercidos.

Portanto, a Lei Orgânica da Assistência Social determina um reordenamento político administrativo, através de um comando único em cada esfera de governo. Cabendo à esfera federal normatizar, à esfera estadual co-

aquele profissional habilitado e comprometido com a superação dos problemas sociais, através dos programas, projetos, prestação de serviços de qualidade, benefícios e do estabelecimento de padrões mínimos, abaixo dos quais nenhum cidadão brasileiro poderia viver com dignidade.

Os psicólogos podem e devem ser parceiros na implementação dessa nova concepção de política pública de assistência social. Como exemplo, entre os direitos que proponho à assistência social assegurar está o de **segurança de vivência familiar** ou de **segurança do convívio**. Sabemos o quanto as práticas em relação à criança, ao idoso, à população de rua, às mulheres e às famílias supõem novas formas de convivência, inclusive intergeracionais, em que a psicologia tem um papel fundamental.

Nesses processos as pessoas podem criar laços e, numa situação de troca de experiências vividas, encontrar saídas para a sua situação de vida e para os riscos que têm pela frente. Isso supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações interpessoais e garantia de relações com os parceiros. Creio ser esse um espaço fundamental para a intervenção do psicólogo, o mesmo ocorre na busca de assegurar outros direitos.

Todavia, constituir esses direitos é ainda campo de avanço civilizatório na sociedade brasileira, que mantém cidadãos no limite da sobrevivência, inclusive pelo valor aviltante de um salário mínimo de R\$ 112. Para não falar do salário-família de R\$ 0,95 para quem tem rendimento superior a duas vezes e meia o valor do salário mínimo.

O profissional da área da psicologia tem sido parceiro em várias lutas em defesa da cidadania e dos direitos sociais. Tem, com os assistentes sociais, implementado políticas públicas e defendido interesses populares, buscado o atendimento com qualidade às necessidades da população.

* Aldaíza Sposati é professora titular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP e vereadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores - SP.

"OS PSICÓLOGOS
PODEM E DEVEM SER
PARCEIROS NA IMPLEMENTAÇÃO
DA NOVA CONCEPÇÃO
DE POLÍTICA PÚBLICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

seguridade social, de forma a garantir padrões básicos para que a população possa realizar a vigilância dos riscos sociais. Essa política é destinada à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

O novo é dar unidade aos esforços sociais de cunho interinstitucionais e interprofissionais para compor uma rede de serviços e assegurar os resultados dessa rede em forma de lei, gerando direitos sociais. Com isso se

ordenar e executar a ação regionalizada e à esfera local a municipalização do atendimento. São criados, pela lei, os Conselhos de Assistência Social de caráter paritário e deliberativo e os Fundos de Assistência Social.

A implementação desta política de assistência social envolve categorias profissionais distintas, não sendo somente restritiva ao profissional assistente social, mas ao trabalhador social. Entendendo como trabalhador social todo

ORIENTAÇÃO

Atendimento psicológico e cidadania

O Centro de Orientação vem encaminhando, por intermédio do **Jornal do CRP**, discussões a fim de orientar os psicólogos com a preocupação de prevenir as possibilidades de faltas éticas e erros técnicos por parte da categoria e problematizar situações, visando a um aprofundamento das questões ligadas ao exercício profissional. Por isso em sua edição 97 (jan./fev.) o **Jornal do CRP** publicou matéria intitulada "O tratamento psicológico pode se tornar um impasse financeiro?". A questão foi levantada pelos próprios psicólogos em consulta ao Centro de Orientação e o jornal, na referida matéria, solicitou aos profissionais que escrevessem, dando sua opinião sobre esse tipo de situação. Desde então, inúmeras cartas de profissionais que querem participar do debate têm chegado ao Conselho. Tais cartas estão sendo publicadas resumidamente na seção de cartas deste jornal. Mas, conforme o anunciado, todo esse material está sendo encaminhado às comissões do Centro de Orientação, Ética e Psicoterapias, que farão uma síntese para que o assunto seja retomado nas próximas edições.

Por outro lado, O Centro de Orientação tem recebido muitas consultas referentes ao fornecimento de relatório e como proceder ao desligamento e transferência de paciente para outros serviços ou profissionais. Precisamos prestar atenção à responsabilidade do profissional psicólogo na realização do seu trabalho no que se refere aos direitos dos usuários de seus serviços.

Vale lembrar que muito se tem falado sobre a obrigatoriedade do fornecimento de relatório. Hoje estamos submetidos à nova legislação vigente: Constituição de 1988, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente. O Código de Ética Profissional do Psicólogo,

conforme entendimento do Fórum da Ética, está adequado a tais normas e devemos buscar sempre a consonância entre estas.

O psicólogo está obrigado a fornecer relatório ao paciente.

O fornecimento de relatório em um processo de psicoterapia deve ser trabalhado como um procedimento clínico que transcende uma exigência meramente burocrática ou legalista. Se não considerarmos o teor do relatório, e mesmo o ato de entregá-lo ao paciente como parte componente da relação paciente-terapeuta, estaremos trabalhando de forma cindida e negando a nossa função. Isso implica considerar, também, o conteúdo do relatório: este deve apresentar informações que sejam acessíveis, compreensíveis e assimiláveis pelo paciente (ou por qualquer outro profissional). E o seu caráter confidencial deve ser assegurado como um direito do paciente e um dever do profissional.

Em função da implantação do Plano PAS, o Conselho e os psicólogos vêm comparando com a necessidade de problematizar o desligamento e a transferência de pacientes. Em muitos casos nem sequer se tratou de poder proceder a transferência de forma adequada técnica e eticamente, mas houve interrupção brusca de atendimento. Entendemos que o paciente é responsabilidade do profissional, porém não é seu paciente particular e sim da instituição: portanto a responsabilidade sobre o vínculo - ou sua interrupção - é de ambos. O que se tem observado é que

a instituição se isenta dessa responsabilidade, sobrecarregando o profissional que, visando a um desenlace ético da situação, fica impedido de exercer dignamente a sua profissão em prejuízo de seus pacientes.

O trabalho terapêutico, seja qual for a sua abordagem teórica, pressupõe uma relação interpessoal, sendo parte do processo de desenvolvimento dessa relação a construção de uma percepção de identidades específicas. O paciente ser capaz de reconhecer no terapeuta uma pessoa diferente de si e dos outros é um grato resultado. O trabalho psicológico implica

o vínculo - estabelecimento de laços afetivos -, e é no âmbito afetivo o terreno em que se semeia o germe da transformação e de desenvolvimento do paciente. O terapeuta até pode ser percebido pelo paciente como um qualquer e isto é parte de sua deformação, de sua "doença", como

um meio de se proteger de um contato significativo. Quando a instituição deixa de considerar a necessidade da criação e de desenvolvimento do vínculo alimenta a patologia que, em última instância, é a representação de indivíduos como "coisas", tal e qual nos mostra a ideologia e a prática do serviço público fartamente presentificadas pela atitude da prefeitura na implantação do Plano PAS.

Mesmo quando o trabalho terapêutico se dá em consultório particular, sem a "sombra" da instituição pública, o psicólogo tem diante de si um sujeito/indivíduo constituído por diversos componentes (priorizados ou não conforme a abor-

dagem teórica subjacente), porém com direitos, capacidades e dificuldades, limites e demandas próprias. É da responsabilidade do psicólogo saber respeitar o limite do paciente, assim como seus próprios limites. Em alguns casos temos dificuldades de realizar um bom trabalho por impedimentos pessoais; precisamos sair do lugar onipotente de termos que resolver todos os problemas. Observar nosso próprio limite é também nossa responsabilidade. E, conseqüentemente, encaminhar o trabalho com a mesma responsabilidade.

O trato do psicólogo com o usuário não se dá somente no atendimento clínico, institucional ou não. A psicologia vem ampliando os setores em que vem prestando seus serviços, e o psicólogo tem que fornecer relatórios e encaminhamentos junto às escolas, instituições do Poder Judiciário, ao Detran (psicotécnico) e às empresas (recursos humanos).

O usuário tem o direito e o psicólogo o dever de lutar pela construção da cidadania - em qualquer das situações citadas.

O psicólogo deve ter em mente que, em qualquer situação, o seu papel é o de defender a existência do indivíduo, condição fundamental para que se possa trabalhar na construção do indivíduo-cidadão. Assim, ao fornecer relatórios e proceder a desligamentos e encaminhamentos para outros serviços ou profissionais, esse princípio deve balizar a conduta profissional do psicólogo. É com essa finalidade que psicólogos e Conselho devem estabelecer parcerias que subvertam o tradicional posicionamento da categoria de esperar do Conselho o respaldo ou temer a punição. E é subversão porque transforma o que está dado na lei, na norma, na "letra", em algo a ser construído conjuntamente.

Comissão de Orientação

O TRATO DO PSICÓLOGO
COM O USUÁRIO NÃO
SE DÁ SOMENTE NO
ATENDIMENTO CLÍNICO,
INSTITUCIONAL OU NÃO.

JORNAL DO

CRP

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74

Fone: (011) 574-7133

Fax: (011) 575-0857

CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO

